

Novo negociador tentará

e Governo

sexta-feira, 14/6/91 □ 1º caderno □ 3

redução da dívida externa

O economista Pedro Malan, indicado ontem para o cargo de negociador oficial da dívida externa, começou na semana passada a articular com o ministro Marcílio Marques Moreira, em Brasília, as bases de uma nova proposta para os bancos credores. Assim que o Senado aprovar o acordo sobre os juros atrasados, o governo pretende iniciar as negociações sobre o restante da dívida, partindo da necessidade de uma substancial redução do total dos débitos. O perdão de parte da dívida será solicitado com base nos princípios Plano Brady (lançado em 10 de março de 1989 pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos) e que, até hoje, não beneficiou o Brasil em nada.

A nova estratégia de negociação, que ainda está sendo retocada pelo ministro e seu negociador, incluirá a realização de negociações simultâneas com os bancos credores e o com o Fundo Monetário Internacional. No passado, os banqueiros insistiam em negociar com o Brasil somente depois de o país se acertar com o FMI. As negociações nas duas frentes vão começar assim que o Senado aprovar o acordo sobre o pagamento dos juros atrasados, sem nenhuma previsão de término.

Na abertura desta nova fase de negociações, Malan terá a missão de mostrar a banqueiros e governos de países credores que o Brasil não pode simplesmente repetir acordos alcançados por outros devedores latino-americanos. A idéia é demonstrar que o caso brasileiro tem um perfil bem diferente, em relação, por exemplo, ao México, Venezuela e Chile — três exemplos de latino-americanos que conseguiram acordos e elogios dos credores.

Segundo fontes do governo, os banqueiros costumam reduzir o problema da dívida brasileira a uma equação simplista, segundo a qual o país tem que produzir saldos da balança comercial e usá-los para pagar o que deve. E citam o México, Venezuela e Chile como modelos. As diferenças, contudo, começam



Malan: deixando o BID

pelo fato de que no Brasil quem produz o saldo é o setor privado, enquanto a maior parte das exportações dos três países é controlada por empresas estatais — as monopolistas de petróleo nos casos mexicano e venezuelano e a mineração de cobre Codelco, no caso chileno. A utilização dos saldos obtidos pelo setor privado provoca problemas monetários e fiscais mais complexos no caso brasileiro.

As avaliações internas do governo prevêem que a indicação de Pedro Malan tenha uma boa repercussão nos meios financeiros internacionais. Trata-se de um dos mais talentosos e prestigiados economistas brasileiros, com numerosos trabalhos publicados (inclusive sobre dívida externa), que passou os

últimos anos trabalhando em Washington em dois organismos financeiros multilaterais: foi um dos diretores-executivos do Banco Mundial e até agora vinha ocupando a representação brasileira no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

De seu posto em Washington, Malan acompanhou com interesse profissional os detalhes das negociações realizadas nos últimos anos pelos devedores latino-americanos, especialmente os casos fechados depois do lançamento do Plano Brady. Segundo uma fonte que conversou com ele, semana passada, em Brasília, Malan comentou que não se pode gerar, no país, a expectativa de que o acordo da dívida vai ser obtido rapidamente. Se o México, contando com o máximo interesse do governo americano, levou praticamente um ano negociando, não se pode esperar que o Brasil resolva sua vida com os credores num prazo mais curto.

O anúncio da nomeação do economista para substituir o embaixador Jório Dauster foi feito ontem pelo Ministério da Economia, a apenas quatro dias da viagem do presidente Fernando Collor aos Estados Unidos. Ele passa a exercer o cargo na próxima semana.

Jório Dauster continuará assessorando o Ministério da Economia até a conclusão do acordo relativo aos juros atrasados, que está sendo analisado no Senado Federal.

Apesar de o governo negar qualquer insinuação neste sentido, a substituição de Jório Dauster por Malan é um sinal político importante para a comunidade financeira internacional, que não tinha nenhuma simpatia pela equipe econômica anterior. Em nota divulgada ontem, o gabinete do ministro Marcílio Marques Moreira esclarece que a saída de Dauster deveu-se à solicitação do Ministério das Relações Exteriores. Diz a nota que o Itamaraty pediu “a liberação, dentro de alguns meses, do Embaixador Jório Dauster, para assumir cargo de alta responsabilidade na diplomacia econômica brasileira”.